CONCESSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA — TARIFAS — EQUILÍBRIO FINANCEIRO

PARECER

I

A consulta tem como objeto a análise da orientação que vem sendo adotada pelo DNAEE, como órgão representativo do poder

concedente de energia elétrica, no tocante ao regime de tarifas aplicado às concessionárias, do ponto de vista de sua legalidade, especialmente em face do princípio de garantia do equilíbrio econômico-financeiro das concessões.

O adequado exame da matéria impõe uma avaliação histórica de seus fundamentos e dos pressupostos que inspiram, no âmbito legal e constitucional, o direito subjetivo dos concessionários à justa remuneração do capital investido na prestação do serviço.

II

As concessões de serviço público, nascidas entre nós no último quartel do século passado, se formalizaram como típicas relações contratuais, conferindo ao concessionário a liberdade na captação da receita pelos serviços oferecidos ao público.

Como, porém, a implantação de tais serviços de utilidade pública comportava uma fase de maturação com a incipiente abertura de mercados de escassa ou duvidosa rentabilidade inicial, ofereceu-se aos capitais privados, como atrativo, a garantia de juros mínimos, da ordem de 5% ou 7%, cobertos por subvenções temporárias, a serem ressarcidas quando superavitária a receita do serviço.

Este foi o critério da autorização concedida em Lei nº 641, de 26 de junho de 1852, para a construção de estrada de ferro, que iria se consolidar no Decreto nº 2.450, de 24 de setembro de 1873.

André Rebouças defendia, em 1870, a ampliação dessa estrutura financeira, precursora do equilíbrio financeiro dos contratos de concessão, preconizando, especialmente à luz da prática francesa, a excelência do modelo (André Rebouças — Garantia de juros — Estudo para sua aplicação às empresas de utilidade pública — Rio de Janeiro — 1874).

A garantia de juros representava, em nosso regime de serviço público, como assinalou M.I. Carvalho de Mendonça, “um mínimo de interesse garantido pelo governo ao capital empregado em uma empresa pela companhia concessionária”, visando a estimular a prosperidade do negócio, sob a forma de “um adiantamento com a participação nos lucros por parte da administração”, na medida em que futuramente “o produto líquido venha a exceder o lucro garantido” (M.I. Carvalho de Mendonça — Das concessões administrativas

e da natureza jurídica da garantia de juros — Revista do Supremo Tribunal Federal — 1914, agosto-dezembro — vol. II, 2ª parte, p. 215/237).

Outro sistema preventivo do equilíbrio financeiro encontrou acolhida, principalmente nos contratos de concessão relativos ao fornecimento de energia elétrica e de gás, de forma a prevenir contra as oscilações cambiais os investimentos estrangeiros, consistente na estipulação de cláusulas ouro como base total ou parcial da remuneração do capital investido.

Daf, no depoimento de Carvalho Pinto, “o incremento das chamadas cláusulas ouro e seus derivativos, substituindo as “dívidas em dinheiro” por “dívidas de valor”, de forma a assegurar a equipolência das prestações nos contratos bilaterais” (A Cláusula ouro nas concessões de serviço público — 1943 — p. 11).

Ambas as garantias, a dos juros mínimos e a estipulação da cláusula ouro, eram, em suma, a síntese, ainda que sumária, do princípio de equilíbrio financeiro nos contratos administrativos.

Tinham, como finalidade, como acentuamos em estudo especial sobre o tema, “assegurar a estabilidade financeira dos concessionários, com a participação do Estado no risco de exploração do serviço” (nossa tese sobre “Equilíbrio financeiro na concessão de serviço público”, 1960, incorporada ao nosso livro “Direito Administrativo” — 1975, p. 231).

Uma e outra destas modalidades de estrutura financeira nos serviços concedidos foram extintas, na década de 30.

O Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, declarou nulas quaisquer estipulações em ouro, ou em determinada moeda estrangeira, que importassem em recusa ou restrição ao curso livre da moeda nacional.

E o art. 142 da Constituição de 1934 vedou à União, aos Estados e aos Municípios dar garantia de juros a empresas concessionárias de serviços públicos.

III

O princípio do equilíbrio financeiro nas concessões de serviço público, embrionaria-

mente contido nos modelos acima assinalados, não desapareceu, antes se consolidou, com o seu reconhecimento no plano constitucional.

A Constituição de 1934 marca o critério da justa retribuição do capital como fator essencial a fim de permitir o atendimento normal das necessidades públicas de expansão e melhoramento dos serviços concedidos (art. 137).

O comando reaparece aperfeiçoado na Constituição de 1937 que atribui à revisão das tarifas o papel de permitir que, no interesse coletivo, delas retire o capital uma retribuição justa e adequada ao atendimento regular da prestação dos serviços (art. 147).

Distingue o texto constitucional a dupla função da tarifa: retribuir o capital investido e propiciar recursos para a expansão e melhoramento do serviço.

Preceito equivalente se reproduz na Constituição de 1946 (art. 151) e alcança a plenitude na Constituição de 1967 e na reforma de 1969, que definem como finalidade das tarifas, ao lado da justa remuneração do capital e do financiamento da expansão do serviço, a de assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato (art. 160, na Constituição de 1937, art. 167 na Emenda Constitucional nº 1, de 1969).

A Constituição atual, mais sóbria, conserva, como finalidade da lei, a preservação do caráter especial dos contratos de concessão e destaca como de sua essência, a par dos direitos dos usuários, a adoção de política tarifária compatível com a prestação de serviço adequado (art. 175).

E, significativamente, impondo aos novos contratos a obrigatoria precedência de licitação, coloca entre os seus requisitos necessários a manutenção das condições efetivas da proposta vitoriosa (art. 37, XXI).

Em abono deste entendimento, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em acórdão lastreado de doutrina unânime, identifica no art. 37, XXI da Constituição de 1988, o princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e conclui, objetivamente, no sentido de que “o art. 175 da Constituição deve ser compreendido na visão do preceito geral ins-

crito no art. 37, XXI do mesmo Estatuto Fundamental” (acórdão na Apelação Cível nº 110.065, Revista de Direito Administrativo, vol. 189, p. 302).

E, como ensina Hely Lopes Meirelles, a remissão do art. 175 à lei que deva regular a política tarifária importa na recepção do comando legal que estipula, como elemento da tarifa, o equilíbrio financeiro do contrato, inclusive com a justa remuneração do capital (Estudos de Direito Público — vol. 11 — nº 84).

Transita, ainda, pelas sucessivas Constituições, até a atual, como pressuposto da ordem econômica, a garantia do direito de propriedade associada ao conceito da justiça social.

O equilíbrio financeiro, ou, conforme a terminologia consagrada, o princípio da equação financeira dos contratos tem a função dinâmica de garantir, mediante o justo regime de tarifas razoáveis, a continuidade e melhoria do serviço concedido. É, ao mesmo tempo, a preservação do interesse de ambas as partes — investidor e usuário — na segurança da qualidade e expansão do serviço concedido.

A deterioração do capital mal remunerado é um processo indireto de confisco da propriedade, e a insuficiência tarifária representa a omissão do concedente em possibilitar a regularidade no funcionamento do serviço público.

A concessão de serviço público, tal como sua execução direta pelo Estado, é governada pela observância de princípios essenciais, entre os quais sobrepõe o *princípio da legalidade* que submete a atividade praticada, tanto pelo concessionário como pelo concedente, ao domínio das normas de direito, emitidas pelo legislador ou a autoridade regulamentadora.

Ambas as competências são comandadas pelo *princípio da finalidade* e que se endereça a norma de direito e têm como objetivo o *princípio da continuidade do serviço público*, sem o qual não estará garantida a efetiva *disponibilidade* da prestação, em benefício do usuário.

Daí porque aos *deveres* impostos ao concessionário no sentido de oferecer um *serviço adequado* correspondem *direitos* fundamentais que permitam o desempenho regular da obrigação assumida.

Constituída a relação jurídica, tem o concessionário não somente o direito à *exclusividade* no desempenho da atividade concedida como o direito à plena cobertura ao custo do serviço, nele compreendida a justa remuneração do capital segundo as exigências de operação, manutenção e expansão, que são as três fases de um *serviço adequado*.

O princípio de *tarifas flexíveis* é a expressão desta relação causal entre a obrigação de fazer e o direito ao equilíbrio financeiro do contrato.

A regra do equilíbrio econômico-financeiro nas concessões é princípio geral de direito administrativo que tem como conteúdo a permanência de proporcionalidade entre as obrigações das partes.

Adverte Georges Vedel que “a idéia do equilíbrio financeiro une os dois pólos do contrato de concessão: ela assume a síntese entre o fato de que se trata de um serviço público e, ao mesmo tempo, de um empreendimento privado (Droit Administratif — 1959 — tomo II, p. 579).

Em obra clássica, André Laubadère destaca em todo contrato administrativo a existência, expressa ou implícita, do direito do contratante a certo equilíbrio financeiro:

“Esta idéia de *equilíbrio*, ou como é dito da *equação financeira do contrato* consiste em encarar o contrato administrativo como todo, no qual os interesses das partes condicionam; quando o equilíbrio inicialmente concebido é rompido em detrimento do contratante particular, este tem direito a que o equilíbrio seja restabelecido pela administração, sob a forma de uma compensação pecuniária” (Traité de Droit Administratif — 11ª edição, revista por Jean Claude Venezia e Yves Gaudemet — Tomo I, p. 649/650).

A doutrina nacional comunga no mesmo diapasão.

Celso Antonio Bandeira de Mello, após definir a equação econômico-financeira como a *relação de igualdade* entre as obrigações assumidas pelas partes, observa que, na concessão de serviço público, o Estado “está peiado no que concerne ao elemento verdadeiramente contratual da concessão, que é o equilíbrio econômico-financeiro”, representando a

“equação econômico-financeira objeto contratual imutável unilateralmente”.

E, enfaticamente, conclui com a advertência de extrema atualidade:

“o que importa, obviamente, não é a “aparência” de um respeito ao valor contido na equação econômico-financeira, mas o real acatamento dele. De nada vale homenagear a forma quando se agrava o conteúdo. O que as partes colimam em um ajuste não é a satisfação de fórmulas ou de fantasias, mas um resultado real, uma realidade afetiva que se determina pelo espírito da avença; vale dizer, pelo conteúdo verdadeiro do convencionado” (Curso de Direito Administrativo — 5ª edição — 1994 — p. 337-339 — grifo original).

Sustentamos, desde 1960, a acolhida, no direito brasileiro, da concepção do equilíbrio econômico-financeiro como cláusula inerente aos contratos de concessão que não se torna operativa quando as tarifas são estipuladas em valores insuficientes à cobertura do custo do serviço.

E, em estudo mais recente, voltamos a qualificar a essencialidade de que a fixação de tarifas cumprisse o tríplice papel, traçado na regulamentação dos serviços de energia elétrica, de regular o sistema do serviço pelo custo, garantir a remuneração do investidor e vedar discriminações entre consumidores (arts. 164 e 165 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957).

Em matéria de serviços públicos de teor econômico, mesmo quando explorados por empresas estatais, não há sucedâneo para o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos. O preço da perda de rentabilidade pela insuficiência tarifária, ou ausência de outra forma compensatória, é a deterioração qualitativa do serviço, expressa na sobrecarga das instalações, na paralisia do crescimento, na defasagem do avanço tecnológico e até mesmo nas interrupções de fornecimento (ver nosso ensaio sobre a Evolução das concessões de energia elétrica no Brasil, *in Revista de Direito Administrativo*, vol. 155, p. 32/45; igualmente, nosso parecer de 16 de julho de 1993, *in Revista de Direito Administrativo*, vol. 193, p. 392/401).

IV

O Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), inspirado no sistema norte-americano do *service at cost*, firmou como princípios fundamentais:

- a) assegurar serviço adequado;
- b) fixar tarifas razoáveis;
- c) garantir a estabilidade financeira das empresas (art. 178)

E, em tópicos sucessivos, indica as bases de tarifas razoáveis, sob a forma de serviço pelo custo, que, entre outros elementos constitutivos, coloca a justa remuneração do capital reconhecido e a razoabilidade do lucro do concessionário (art. 180, I, c, e art. 181).

Alfredo Valladão, que, já em 1907, oferecia ao governo o projeto de Bases para o Código de Águas da República (edição da Imprensa Nacional — 1907), foi o autor do anteprojeto que iria se converter no Código de 1934 (Ver: Alfredo Valladão — Regime jurídico das águas e da indústria hidro-elétrica — edição da Prefeitura Municipal de São Paulo — 1941).

Os subsídios da doutrina e da jurisprudência norte-americana, sobretudo as lições de Bauer e Glaeser, formam o alicerce do regime de tarifas razoáveis, acolhido na codificação brasileira, procurando fortalecer a economia da concessão com a retribuição do investimento calculado pelo custo histórico (ob. cit. p. 62 e ss.).

A efetiva implantação de tarifas com base no serviço pelo custo tinha, porém, como pressuposto a objetiva e prévia determinação do investimento a remunerar. Era elementar que se consumasse o que se convencionou chamar de tombamento, ou seja, o reconhecimento formal do montante efetivo do capital aplicado no serviço.

Somente em 1964 começou a se definir este ato administrativo fundamental à implantação do realismo tarifário que de logo se defrontava com a adoção em lei, do custo histórico rígido, substancialmente deformado pela incidência do processo inflacionário que somente seria afastado, em termos relativos, com a extensão às concessionárias da correção monetária do capital.

Em nova tentativa de dar substância ao princípio constitucional de garantia do equilíbrio econômico-financeiro das concessões, a Lei nº 5.655, de 1971, solenemente estipulou, como retorno dos investimentos, uma retribuição mínima, pela taxa anual variável entre 10% e 12%.

Instituiu-se, como fator de equilíbrio, a Conta de Resultados a Compensar (CRC), para registro de insuficiência ou excessos de remuneração e a correlata criação, como fundo nivelador, da Reserva Nacional de Compensação de Remuneração (RENCOR).

Na medida, porém, em que a captação de novos financiamentos, especialmente no mercado externo, superava o limite legal de remuneração, a expansão de investimentos conduzia à progressiva descapitalização das empresas que, paradoxalmente, quanto mais se expandissem, mais se enfraqueceriam.

Ademais, o advento, em 1974, da política de “progressiva equalização tarifária em todo o território nacional” (art. 4º, d, do Decreto-lei nº 1.383) e a centralização, na ELETROBRÁS, das reservas globais de reversão e garantia, deformavam a estrutura financeira das concessionárias, em termos específicos.

Em dezembro de 1992, segundo dados oficiais, a Conta de Resultados a Compensar acumulava deficiências de remuneração que atingiam a cifra da ordem de 24 bilhões de dólares. (Exposição de motivos nº 091/MME, de 23 de dezembro de 1992).

V

O divórcio entre a Constituição e a lei, garantidoras do equilíbrio econômico-financeiro das concessões e a realidade do resultado insuficiente das tarifas continuava manifesto. O legislador construía, com a mão direita, o mundo ideal que o administrador desfazia, com mão canhestra.

Nasce, à luz desta evidência, mais outra solução legislativa.

A Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, trouxe significativa inovação quanto ao procedimento tarifário.

Inverteram-se os papéis antes atribuídos aos personagens.

A fixação deixa de ser iniciativa primária do órgão do poder concedente no exercício tradicional de competência unilateral e própria.

A lei nova institui um procedimento bilateral. Cumpre aos concessionários propor os níveis de tarifas, com observância dos critérios regulamentares. Ao Poder Concedente se reserva o controle da fidedignidade da proposta, mediante ato de homologação, com o qual se completa a eficácia das tarifas.

Nem incumbe ao poder concedente a proposição das tarifas, nem se torna vigente, obrigando aos consumidores a proposta do concessionário, sem a adesão homologatória do concedente.

A ausência de manifestação do concedente, no prazo de quinze dias, equivale, contudo, à aceitação do ato concessionário. O silêncio da Administração tem, em suma, efeito positivo, valendo como aprovação (§ 1º dos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.631; art. 2º, § 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 774/93).

A Exposição de Motivos nº 91, de 23 de dezembro de 1992, que justificou o projeto de lei, declaradamente indica, entre seus objetivos, a

“transferência às concessionárias da responsabilidade de propor ao Poder Concedente a fixação de tarifas de fornecimento de energia elétrica, em suas áreas de atuação” (item 16, alínea *a*).

A proposta do concessionário vincula-se aos critérios legais que ditam os componentes tarifários, com base nos custos do serviço, inclusive a remuneração do investimento, tendo como finalidade a garantia do equilíbrio econômico-financeiro da concessão e como parâmetro as diretrizes constitucionais.

A precedência atribuída, no novo modelo legal, ao ato de vontade do concessionário tem como propósito dinamizar o processo de adequação tarifária, mormente quando cessa o regime anterior de remuneração garantida e compensável com recursos públicos.

Importa, em suma, o novo quadro legal em uma clara inversão de competências.

A liberdade tarifária é, como regra, conferida ao concessionário, embora o seu exercício

se subordine à composição estabelecida em lei e em atos regulamentares.

A ação administrativa atribuída ao DNAEE configura-se meramente homologatória, como confronto da proposta do concessionário, não podendo substituí-la por critérios meramente políticos.

A competência do DNAEE deixa de ser primária, passando a sucessiva, *sucundum legem*, restrita à aferição de legalidade da proposta do concessionário.

A eventualidade de recusa, ou não homologação de propostas tarifárias ou de reajustes de tarifas somente será cabível quando estiverem eivadas de erro ou ilegalidade.

Não é lícito ao DNAEE preestabelecer forma ou critério de exercício da competência do concessionário, em acréscimo aos requisitos legais.

Quer as propostas iniciais de novas tarifas, quer os futuros reajustes, atenderão ao procedimento expressamente adotado no novo regime legal, respeitando-se a sucessão no tempo e a latitude específica de poderes.

VI

Não tem sido, porém, meramente homologatória a conduta da Administração.

A nosso ver, discrepou do quadro legal a Portaria nº 566, de 3 de junho de 1993, na qual o DNAEE adota, a título normativo, limitações que não se coadunam com o modelo vigente.

Primeiramente, resolve o DNAEE

“não homologar os aumentos reais de tarifas nos contratos de suprimento assinalados em cumprimento à Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993 e do Decreto nº 774, de 18 de março de 1993, em meses posteriores a outubro de 1993” (art. 1º).

E, a seguir, avoca poder regulatório do processo tarifário, estipulando que

“os ajustes necessários para que as tarifas das empresas supridoras atinjam os respectivos níveis de custos serão objeto de portaria de revisão tarifária, cujos efeitos nas empresas supridas serão absorvidos através de fórmula paramétrica” (art. 20).

Em instruções dirigidas às concessionárias, o DNAEE reivindica competência, que não se abriga no esquema da Lei nº 8.631/93, no sentido de condicionar as propostas de novos níveis tarifários.

Assim, em ofício nº 165, de 19 de abril de 1993, determina o valor máximo que as tarifas de suprimento poderiam alcançar em seis meses e estabelece que essa forma de recuperação não poderá exceder a aumentos reais mensais da ordem de 8,77%, sendo o primeiro aumento programado para 01.05.93. Ordena, ainda, que, atingido o nível estipulado, a tarifa de suprimento manter-se-á estabilizada por prazo de seis meses. Findo este prazo, somente serão permitidos aumentos semestrais até 5%, até que venha a ser alcançada a cobertura integral do custo do serviço.

Norma equivalente foi estipulada para tarifas de fornecimento, com a fixação de limites de 6% a 8% para aumentos mensais, atribuindo-se ao DNAEE e à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda o acompanhamento do processo de recomposição das tarifas de suprimento e de fornecimento de energia.

Em ofício-circular nº 273, de 23 de abril de 1993, voltou o DNAEE a determinar, como condição para homologar tarifas de suprimento, “a adequação dos reajustes tarifários considerados nas propostas de recuperação gradual, aos índices máximos definidos por orientação superior, pelo período de 6 meses”.

Em novo ofício-circular nº 340, de 31 de maio de 1993, mais uma vez o DNAEE condiciona a iniciativa das concessionárias que, a par da norma regulamentar inscrita no Decreto nº 774/93, também deverá estar “harmonizada com as diretrizes para a fase inicial do programa de recuperação tarifária”.

Em telex nº 45, de 12 de maio de 1993, dirigido às concessionárias, o DNAEE renova a advertência de que não serão homologadas propostas tarifárias excedentes ao limite de 8,77% de aumento mensal no período de maio a outubro de 1993.

Agindo por esta forma, pretende o DNAEE retomar o comando do procedimento tarifário,

como se ainda subsistisse o regime anterior à Lei nº 8.631/93.

A inversão, que é da essência do novo método de fixação tarifária, colocando em primeiro lugar a proposta do concessionário, sujeita à homologação posterior, fica subvertida com a prévia interferência administrativa, estipulando padrões e limites à atualização das tarifas que a lei de logo faculta implantar, de modo a alcançar o critério legal de razoabilidade.

Embora possivelmente inspirado no propósito de controlar preços, a título de política econômica, a pretensão normativa do DNAEE representa um excesso de poder em manifesta oposição à nova ordem de competência determinada pelo legislador.

VII

Um novo quadro legislativo se vem aditar à reforma de 1993.

A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cumprindo o ditame do art. 175 da Constituição, vem acrescentar normas gerais sobre o regime de concessão de serviços públicos, com vistas ao procedimento licitatório que deverá preceder a novos contratos.

Nada dispõe que contradite o sistema de atualização de tarifas nas concessões preexistentes que permanecem submetidas à lei especial anterior.

Expressivamente, contudo, fiel ao parâmetro constitucional, consagra, como base dos contratos a serem pactuados, o mecanismo de revisão “a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro” (§ 2º do art. 9º).

E se sobrevier alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo concomitantemente à alteração (§ 4º do art. 9º).

Lei superveniente — Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 — aditou novos preceitos, destacadamente sobre os serviços de energia elétrica, admitindo a figura do produtor independente e abrindo o acesso dos consumidores a novas fontes de fornecimento.

Tais alterações eventuais do mercado consumidor assegurarão ao concessionário atingido a revisão de tarifas quando, em razão delas, se “alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato” (art. 16).

E se, a qualquer tempo, a política governamental vier a distinguir entre consumidores, estipulando benefícios tarifários, a estrutura das tarifas terá de ser simultaneamente revista “de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato” (art. 35).

Por último, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, disciplinando o Plano Real, trouxe um complemento ao sistema da Lei nº 8.631/93.

Sem contraditar o procedimento tarifário nela consagrado, antes implicitamente convivendo com sua finalidade de recuperação de tarifas defasadas, marcou, como expressão de política financeira, a periodicidade anual de novos reajustes e revisões, com a colaboração do Ministério da Fazenda.

Em Portaria nº 267, de 3 de novembro de 1995, o Ministro da Fazenda exprimiu acatamento à competência própria do Ministério das Minas e Energia para a homologação de propostas de revisão de valores tarifários, apenas sujeitando revisões futuras ao decurso do prazo de um ano.

VIII

De todo o exposto, são válidas, a nosso juízo, algumas conclusões fundamentais.

Primeiramente, é inequívoco e flagrante que, há mais de sessenta anos, transita pelas Constituições sucessivas, sem solução de continuidade, o princípio de garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de serviço público que resguarda, ao mesmo tempo, a economia dos concessionários e o interesse dos consumidores, com a finalidade precípua de manter a capacidade de prestação de serviço adequado, tanto em termos imediatos como para a necessária expansão e melhoria da atividade concedida.

Coerente com este superior comando constitucional, o direito positivo ordinário, na sucessão de leis sobre a matéria, desde o Código de Águas de 1934, prescreve sempre, como

paradigma, o princípio da razoabilidade e re-visibilidade das tarifas que devem espelhar o atendimento do custo do serviço, inclusive a justa retribuição dos investimentos, explicitando reiteradamente a necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Certo é, de outra parte, que a conduta do poder concedente se tem esmerado em descumprir a unanimidade das normas constitucionais e legais, minimizando o acatamento aos critérios de higidez tarifária, em prol de métodos próprios de política social.

O reiterado descumprimento pelo poder concedente do legítimo direito dos concessionários à estipulação de tarifas razoáveis, tal como definidas em lei, aptas ao custeio regular do serviço e à remuneração do capital, importa em responsabilidade da União, como prescreve o art. 37, § 6º da vigente Constituição, reiterando texto de Constituições precedentes.

Os direitos subjetivos dos concessionários a serem indenizados pelos danos sofridos em virtude de atos e omissões do poder concedente, se não forem adequadamente saneados na esfera administrativa, poderão ser objeto de reivindicação na via judicial.

É mister acentuar, a título elucidativo, que correção do apontado vício de legalidade a importar em atualização das tarifas somente terá efeito futuro, não podendo operar retroativamente para rever faturamentos de consumos consumados, em respeito ao princípio da boa fé dos consumidores.

É necessário, ainda, um esclarecimento final.

O Programa de Estabilização Econômica, instituído pela Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994 e consolidado com a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, visando ao saneamento de moeda, não se confunde, nem interfere com a reparação de atos pretéritos da administração do poder concedente, maculados pelo reiterado descumprimento de imperativos ordenamentos da legislação própria do sistema de energia elétrica.

Este é nosso entendimento sobre a matéria da consulta.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1996.

Caio Tácito